



# Coren<sup>MT</sup>

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso

*Coren Forte e Democrática*



## DECISÃO COREN-MT Nº. 030/2018.

*Dispõe sobre a aplicação de penalidade em desfavor da Empresa **Byte Serviços de Informática Ltda-ME - CNPJ Nº. 21.046.631/0001-11**, de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato cumulado com a penalidade de proibição de licitar com o COREN-MT por até dois anos.*

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso – COREN-MT, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, asseguradas no Art. 15 da Lei nº. 5.905/73 e nos termos do Art. 42 do Regimento Interno;

**CONSIDERANDO** o Processo licitatório nº. 03 2017/2018, na modalidade pregão eletrônico 02/2017 – referente a contratação de serviços de locação de software de gestão pública;

**CONSIDERANDO** o PARECER PROJUR/COREN - MT Nº. 009/2018.


**CONSIDERANDO** a deliberação da Diretoria do COREN-MT em sua 6ª Reunião Ordinária de Diretoria, ocorrida em 19 de março de 2018.

### DECIDE:

**Art. 1º** Aplicar a penalidade em desfavor da Empresa Byte Serviços de Informática Ltda-ME – CNPJ Nº. 21.046.631/0001-11, de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato cumulado com a penalidade de proibição de licitar com o COREN-MT por até dois anos.

**Art. 2º** Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cuiabá-MT, 28 de maio de 2018.

  
**Antônio Cesar Ribeiro**  
COREN-MT- 47.954-ENF  
Presidente

  
**Lígia Cristiane Arfeli**  
COREN-MT- 96611-ENF  
Secretária





176

ISSN 1677-7042

## Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 115, segunda-feira, 18 de junho de 2018



de representação de entidade de classe, decorrente de sentença transitada em julgado; V. Estiverem cumprindo pena imposta pelo Sistema CONFE/CREFS; VI. Forem inadimplentes em quaisquer prestações de contas, em decisão administrativa definitiva; VII. Forem inadimplentes com os pagamentos de anuidades, contribuições, taxas e multas do Sistema CONFE/CREFS; VIII. Deixarem de votar ou justificar na eleição anterior ao que pretende se candidatar. Art. 78 - Perderá o cargo de Conselheiro do CREF12/PE o Profissional que: I. Tiver seu registro profissional cassado; II. For considerado inabilitado para o exercício da profissão; III. For condenado à pena de reclusão em virtude de sentença transitada em julgado; IV. Não tomar posse no cargo para o qual foi eleito, no Pleno ou no órgão determinado para o exercício de suas funções, no prazo de 15 (quinze) dias contados do início dos trabalhos, salvo motivo de força maior, devidamente justificado e aceito pelo Pleno; V. Ausentar-se, por 2 (duas) reuniões consecutivas anuais, ou em 6 (seis) reuniões intercaladas em cada mandato, sem motivo justificado, de qualquer órgão deliberativo do CREF12/PE, conforme apurado pelo Pleno em processo regular; VI. Quando da nomeação para o quadro funcional do CREF12/PE, que seja efetivo ou temporário. Parágrafo único - Será declarada a vacância do cargo de Conselheiro do CREF12/PE: I. Em caso de renúncia ou pedido pessoal; II. Por falecimento. TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 79 - O CREF12/PE goza de imunidade tributária total em relação aos seus bens, rendas e serviços, nos termos do parágrafo 2º do artigo 150 da Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 80 - As Resoluções, Deliberações e Atos Normativos aprovados pelo Pleno do CREF12/PE serão tornadas públicas, através de veiculação nas respectivas páginas eletrônicas, e por afixação em local próprio e nas dependências do respectivo Conselho, e entram em vigor na data de sua publicação. Parágrafo único - As Resoluções de que trata o caput deste artigo, além de veiculadas nas respectivas páginas eletrônicas, serão publicadas no Diário Oficial da União. Art. 81 - Os atos administrativos emanados da Diretoria do CREF12/PE serão dados a conhecimento dos Membros Conselheiros através de documento oficial. Art. 82 - Os atos administrativos e financeiros do CREF12/PE, bem como todas as suas demais atividades, subordinam-se às disposições de um Regimento, sendo da competência do Pleno sua aprovação. Art. 83 - O cumprimento das disposições deste Estatuto, do Regimento, bem como as demais normas emanadas pelos órgãos do CREF12/PE, é obrigatório para todos os seus Membros, os Profissionais e as Pessoas Jurídicas nele registrados. Art. 84 - Em caso de dissolução do CREF12/PE, deliberado pelo Pleno do CONFEF e o seu patrimônio será incorporado ao patrimônio do CREF que absorver os seus registros. Art. 85 - Em caso de dissolução do CREF12/PE, e, futuramente, houver possibilidade e viabilidade de ser reconstituído, os primeiros Conselheiros serão nomeados pelo CONFEF. Art. 86 - Em caso de dissolução do CREF12/PE pelo Pleno do CONFEF seus Profissionais e Pessoas Jurídicas serão transferidos para o CREF mais próximo. Art. 87 - Caso haja renúncia coletiva dos Conselheiros, sendo as chapas compostas de 10 (dez) Membros Efetivos e 04 (quatro) Membros Suplentes para mandato de 06 (seis) anos e 10 (dez) Membros Efetivos e 04 (quatro) Membros Suplentes para mandato de 03 (três) anos, nos moldes da primeira eleição direta no CREF12/PE, ficando impedidos de participar de eleição os Profissionais que solicitaram demissão. Art. 88 - No caso dos mandatos que terão prorrogação, o mandato da Diretoria acompanhará o período de tal prorrogação. Art. 89 - Os casos omissos a este Estatuto serão resolvidos pelo Pleno do CREF12/PE. Art. 90 - Este Estatuto foi aprovado em Reunião do Pleno realizada no dia 21 de fevereiro de 2017, e entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogando-se as disposições em contrário. Nadja Regueira Harrop CREF 000288-G PE Presidente Este Estatuto encontra-se disponível, na íntegra, na página eletrônica do CREF12/PE, qual seja, [www.cref12.org.br](http://www.cref12.org.br).

NADIA REGUEIRA HARROP  
Presidente do Conselho

## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

## DECISÃO Nº 30, DE 28 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a aplicação de penalidade em desfavor da Empresa Byte Serviços de Informática Ltda-ME - CNPJ Nº 21.046.631/0001-11, de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato cumulado com a penalidade de proibição de licitar com o COREN-MT por até dois anos.

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso - COREN-MT, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, asseguradas no Art. 15 da Lei nº 5.905/73 e nos termos do Art. 42 do Regimento Interno; CONSIDERANDO o Processo licitatório nº 03/2017/2018, na modalidade pregão eletrônico 02/2017 - referente a contratação de serviços de locação de software de gestão pública; CONSIDERANDO o PARECER PROJUR/COREN - MT Nº 009/2018, CONSIDERANDO a deliberação da Diretoria do COREN-MT em sua 6ª Reunião Ordinária de Diretoria, ocorrida em 19 de março de 2018, DECIDE: Art. 1º Aplicar a penalidade em desfavor da Empresa Byte Serviços de Informática Ltda-ME - CNPJ Nº 21.046.631/0001-11, de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato cumulado com a penalidade de proibição de licitar com o

COREN-MT por até dois anos. Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ANTÔNIO CESAR RIBEIRO

Presidente do Conselho

LIGIA CRISTIANE ARFELI

Secretária

## DECISÃO Nº 31, DE 28 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a aplicação de penalidade em desfavor da Empresa L. LIMA AMORIM-ME - CNPJ Nº 22.157.297/0001-36, de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do Contrato.

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso - COREN-MT, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, asseguradas no Art. 15 da Lei nº 5.905/73 e nos termos do Art. 42 do Regimento Interno; CONSIDERANDO o Processo licitatório nº 032/2015/2018, na modalidade pregão eletrônico 09/2015 - referente a contratação de prestação de serviços gerais para a sede do COREN-MT; CONSIDERANDO o PARECER PROJUR/COREN-MT Nº 008/2018, CONSIDERANDO a deliberação da Diretoria do COREN-MT em sua 6ª Reunião Ordinária de Diretoria, ocorrida em 19 de março de 2018, DECIDE: Art. 1º Aplicar a penalidade em desfavor da Empresa L. LIMA AMORIM-ME - CNPJ Nº 22.157.297/0001-36, de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do Contrato. Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ANTÔNIO CESAR RIBEIRO

Presidente do Conselho

LIGIA CRISTIANE ARFELI

Secretária

## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS

## DECISÃO NORMATIVA Nº 44, DE 11 DE JUNHO DE 2018

Torna pública a norma homologada pelo Cofen que dispõe sobre a cobrança administrativa e judicial da dívida ativa do COREN-MG.

O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, CONSIDERANDO o disposto nos incisos III, X e XIV do art. 15 e art. 20 da Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973;

CONSIDERANDO as competências regimentais internas das Unidades do COREN-MG;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 6.830/80, que "Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências";

CONSIDERANDO a necessidade de se efetivar a arrecadação fiscal, caracterizada pela contribuição compulsória, determinada por lei, com natureza tributária e que constitui, nos termos dos arts. 10 e 16 da Lei 5.905/73 a receita preponderante dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 11 da Lei Complementar nº 101/00, constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação;

CONSIDERANDO que o art. 14, §3º, inciso II da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal autoriza o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança;

CONSIDERANDO o art. 8º da Lei 12.514, de 2011, que veda a execução judicial de dívidas referentes a anuidades inferiores a 04 (quatro) vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente;

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º da Lei 12.514/2011 que autoriza aos conselhos de fiscalização a deixarem de promover a cobrança judicial de valores inferiores a 10 (dez) vezes o valor de que trata o inciso I do art. 6º da mesma lei;

CONSIDERANDO a atualização pelo índice do IGP-M da FGV do valor do custo médio processual previsto na Decisão Normativa nº 70/2015, que em 30 de 6 de 2015 era de R\$527,20 e, em 31/10/2016, perfaz o montante atualizado de R\$ 602,16;

TCU - 2ª CÂMARA e Cofen parecer n. 18.2008 CTLN/COFEN que orienta aos Conselhos que apurem, como medida preventiva à propulsão de execuções fiscais, se já se operou a prescrição ou a decadência dos créditos, apuradas na forma dos arts. 173 e 174 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional)

CONSIDERANDO a deliberação dos Senhores Diretores na sua 82ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de novembro de 2016;

CONSIDERANDO a deliberação dos Senhores Conselheiros em sua 23ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2016;

CONSIDERANDO a Decisão Cofen nº 62/2018, que homologa em parte do texto da Decisão Normativa nº 101/2016 do COREN-MG e determina a republicação da norma em questão nos termos da homologação parcial do Cofen, resolve:

CAPÍTULO I  
DA COBRANÇA ADMINISTRATIVA

Art. 1º A UFim - Unidade Financeira realizará a cobrança administrativa dos tributos devidos ao COREN-MG, na forma estabelecida em cronograma próprio a ser aprovado pela Diretoria do COREN-MG, através das seguintes medidas administrativas:

- I - campanhas de cobrança;
- II - protesto extrajudicial;
- III - campanhas de parcelamento;
- IV - campanhas do REFIS.

§1º. A UFim inscreverá em dívida ativa os débitos tributários e não tributários não quitados no prazo a ser estabelecido pela UFim, em conjunto com o 1º Tesoureiro, de acordo com conveniência e oportunidade do COREN-MG.

§2º. O processo administrativo tributário de inscrição em Dívida Ativa deverá ser concluído no prazo a ser estabelecido pela UFim, em conjunto com o 1º Tesoureiro, de acordo com conveniência e oportunidade do COREN-MG.

§3º. A apresentação de defesa administrativa no processo administrativo tributário interrompe o prazo de inscrição de dívida ativa.

§4º. O cronograma estabelecido pela UFim no caput deste artigo poderá ser alterado, em conjunto com a Diretoria do COREN-MG e a Proger, com o fim de promover a arrecadação da receita do COREN-MG e minimizar o volume de execuções fiscais a serem propostas no exercício.

§5º. A UFim está autorizada a deixar de promover a inscrição em dívida de pessoas cujo saldo devedor consolidado seja igual ou menor a R\$50,00, considerando os critérios de razoabilidade, proporcionalidade e eficiência na cobrança dos débitos.

§6º. Decorrido o prazo de prescrição do crédito tributário a UFim está autorizada a promover o cancelamento do débito.

§7º. Na contagem do prazo prescricional deverão ser considerados os lapsos temporais relativos às suspensões e interrupções do crédito tributário verificadas em relação a cada débito.

§8º. Serão implementados pela Unidade de Tecnologia da Informação - UTI nos Sistemas de Informática do COREN-MG mecanismos que permitam verificar e gerar relatórios detalhando os motivos do cancelamento administrativo nos termos do caput deste artigo no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação da presente decisão.

CAPÍTULO II  
DA COBRANÇA JUDICIAL

Art. 3º A Proger - Procuradoria Geral somente irá promover a cobrança judicial de dívidas iguais ou superiores a 4 (quatro) vezes o valor da anuidade cobrada anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente, nos termos do art. 8º da Lei Federal nº 12.514/2011.

§1º. Nas hipóteses do valor do débito se enquadrar dentro do limite previsto no caput deste artigo, a Proger, observados os critérios de eficiência, economicidade, praticidade, poderá deixar de promover a cobrança judicial nas seguintes hipóteses:

- a) em caso de falecimento;
- b) em caso de residência e domicílio do devedor fora do Estado de Minas Gerais;
- c) em caso de inexistência de CPF;
- d) em caso de citação por Edital no processo administrativo tributário.

Art. 4º A Proger está autorizada a não apresentar recursos nas ações judiciais julgadas extintas, com ou sem julgamento de mérito, nas seguintes hipóteses:

- I - quando o resultado da diferença entre o valor da causa e as despesas judiciais de recursos e preparos, sejam iguais ou inferiores ao valor de R\$ 602,16 (seiscentos e dois reais e dezesseis centavos), com amparo no princípio da economicidade processual;
- II - quando houver entendimento jurisprudencial consolidado acerca da matéria;
- III - quando houver declaração de prescrição ou prescrição intercorrente reconhecida pelo Juízo;
- IV - quando os recursos cabíveis forem apenas os previstos no art. 34 da Lei 6.830/84;
- V - quando houver condenação em ônus sucumbenciais inferiores ao valor citado no inciso I do presente artigo.

VI - nos protestos já ajuizados com a finalidade de interromper a prescrição cuja valor da anuidade a preservar for inferior ao valor das despesas judiciais e de preparo.

Art. 5º A Proger está autorizada a requerer o arquivamento, sem busca na distribuição, das execuções fiscais, cujo valor consolidado seja igual ou inferior a R\$ 602,16 (seiscentos e dois reais e dezesseis centavos), desde que não conste dos autos garantia útil à satisfação do crédito, após o requerimento de penhora on line e busca por veículos junto ao sítio do Detran-MG na internet.

Parágrafo único. O disposto no presente artigo não prejudica o pedido de arquivamento disposto no art. 40 da Lei 6.830/80.

Art. 6º A Proger está autorizada a desistir das ações judiciais nos seguintes casos:

- I - quando o débito estiver prescrito;
- II - quando o valor do débito principal for inferior a R\$ 100,00 (cem reais);
- III - quando o valor do débito for inferior a R\$ 200,00 (duzentos reais) e for exclusivamente referente a custas processuais;
- IV - nos autos em que houver a declaração de incompetência para fora do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A sustação da cobrança judicial autorizada nesta decisão normativa não importará em inexistência dos créditos, permanecendo os mesmos inscritos em dívida ativa e sujeitos às medidas administrativas previstas nesta norma, desde que não tenham sido alcançados pela prescrição.

## CAPÍTULO III